



Conferência de fim de tarde

Mundo Globalizado: Projecto e Risco

FERREIRA, Vítor Matias

Resumo

Projecto e Risco são certamente dois bons temas para debate, pela sua actualidade, mas também pela fecundidade que esses temas, assumidos como noções ou conceitos, aludem de imediato. Mas não só tomados isoladamente, também na sua ligação assumem um estatuto aparentemente promissor. Contudo, não poderá haver alguma redundância nesse enunciado, quando precisamente invocamos a ligação entre “projecto” e “risco”? Ao fim e ao cabo, é próprio da natureza dos projectos – de todos os projectos – desde logo ao nível etimológico, uma incerteza na sua concretização, uma condição comportando, precisamente, diversos tipos de riscos, o menor dos quais, muitas vezes, é mesmo a sua não efectivação. Por outro lado, no contexto de uma “sociedade de risco”, como tantos autores já designam a actual configuração societal, a ideia de projecto quase que surge por inerência àquela mesma condição, jogando assim, directamente, com o princípio de incerteza daquela “sociedade de risco”.





1. Enquadramento e Contexto

Projecto e *Risco* são certamente dois bons temas para debate, pela sua actualidade, mas também pela fecundidade que esses temas, assumidos como noções ou conceitos, aludem de imediato. Mas não só tomados isoladamente, também na sua ligação assumem um estatuto aparentemente promissor. Contudo, não poderá haver alguma redundância nesse enunciado, quando precisamente invocamos a ligação entre “projecto” e “risco”? Ao fim e ao cabo, é próprio da natureza dos projectos – de todos os projectos – desde logo ao nível etimológico, uma incerteza na sua concretização, uma condição comportando, precisamente, diversos tipos de riscos, o menor dos quais, muitas vezes, é mesmo a sua não efectivação. Por outro lado, no contexto de uma “sociedade de risco”, como tantos autores já designam a actual configuração societal, a ideia de projecto quase que surge por inerência àquela mesma condição, jogando assim, directamente, com o princípio de incerteza daquela “sociedade de risco”.

Mas deixemos de lado eventuais redundâncias, ou mesmo alguma tautologia, no enunciado daqueles dois temas tomados em conjunto. Não é que possamos esquecer a hipotética “contaminação” dos conteúdos de cada uma dessas noções – ou, poderíamos mesmo dizer, dos “riscos” de uma tal contaminação – mas tomemos, por ora, aquela proposta conjunta como suficientemente sugestiva e mesmo polémica nas suas múltiplas significações, procurando assim debater o desafio que nos foi feito pela organização do Congresso. Também é verdade que esse desafio não se limita à proposta daqueles dois temas – eles surgem devidamente enquadrados num determinado contexto, por mais ambíguo que também ele possa ser, mas que aparece referido como “mundo globalizado”. São já muitas as questões chave para a presente sessão, cada uma delas suscitando inúmeras interrogações, razão acrescida para uma necessária clarificação do que aqui possa estar em debate.

Dado o quadro muito particular deste Seminário (designemo-lo assim), não bastará aquela clarificação das noções em causa, precisamos igualmente de uma especificação do contexto em que nos situamos. E aqui, tendo em conta nomeadamente o meu percurso académico e profissional, tenderei a situar-me num contexto muito específico, genericamente reportado ao domínio das cidades e dos territórios. Como é evidente, não se trata de “especializar” o debate, mas tão só uma necessidade básica, não só de uma tentativa de clarificação das noções de partida, mas de delimitar o campo de reflexões, como condição fundamental, como sabemos, para especificar e para contextualizar os termos do próprio debate.

Assim, tendo em conta aquelas diversas questões chave e o contexto muito específico deste exercício, que acabámos de delimitar, avancemos então numa proposta que se pretende também operativa para o sucessivo debate. Uma tal proposta tem em vista discutir algumas daquelas questões – de um modo sem dúvida simplificado e certamente muito esquematizado – em torno de três áreas temáticas, reportadas, como dissemos, àquele contexto espacial: antes de mais, a propósito do dito “mundo globalizado”, uma primeira entrada joga directamente com a dialéctica *globalização e localização* – e a propósito dessa área de discussão será sem dúvida interessante discuti-la, nomeadamente no quadro da interacção urbana e territorial, na incidência *competitividade e cooperação*; num segundo momento, e a propósito do tema dos “riscos”, parece oportuno trazer à discussão a problemática da *sustentabilidade* – e num tal enquadramento, tentar balizar um percurso que, no referido contexto espacial, vai do *ambiente urbano* à própria *sustentabilidade territorial*; finalmente, recordando a ideia de “projecto” e procurando materializar o debate, agora em torno de uma condição muito específica, ensaiar uma discussão sobre o *projecto de cidade* – o



que, como veremos, implicará um posicionamento técnico e político que, sem jogos de palavras, postula a *cidade como projecto*.

Vejamos, então, cada uma dessas áreas temáticas, que por razões de tempo (e de espaço) serão abordadas, necessariamente, como dissemos atrás, de modo bastante simplificado. Procurar-se-á, contudo, que uma tal simplificação não se transforme em mero simplismo, ainda que não seja possível evitar alguma economia de meios nos posicionamentos adoptados. Sublinhe-se, ainda, que a ordem da exposição não é arbitrária. Se é certo que procurámos ir ao encontro do desafio inicial, veremos no final que, partindo do contexto actual, simultaneamente *globalizado* e de *risco*, a exposição se encaminhará para o delineamento dessa proposta claramente mutável de *projecto*.

2. Globalização e Localização – Competitividade e Cooperação

Curioso como a palavra “globalização” deixou de ser, nos últimos tempos, uma expressão permanentemente recorrente, tanto na literatura especializada, como nos próprios média, ao contrário, portanto, do que foi uma quase “moda” a partir dos anos '80 do século passado. Como parece evidente, esse contexto de globalização da economia e dos fluxos financeiros, mas também da mobilidade e dos estilos de vida, entre outros sectores da vida social e cultural em geral, não desapareceu, bem pelo contrário. Certamente mais sofisticado e diversificado, a sua aparente “normalidade”, no momento actual, não deixará de decorrer de uma progressiva *naturalização* daqueles mesmos processos. Como se, a partir de então, os processos de globalização se assumissem como “naturais” no próprio quadro de reflexão da economia, da sociedade, da cultura e da política.

Em todo o caso, já sabíamos que a globalização é um processo e não uma situação imutável na sua evidente dominação. Mas um processo que, enquanto tal, é manifestamente contraditório e inevitavelmente conflitual. Precisamos, pois, de o situar nesse mesmo contexto, simultaneamente de oposição e de conflito, de resto à semelhança de um posicionamento hoje relativamente consensualizado. Permitam-me, então, regressar à discussão sobre essa problemática, sobre a qual me confrontei há um tempo atrás (cf. VMF, 2004).

Desde logo, no quadro paradigmático polarizado pelos processos de globalização, o posicionamento de M. Castells parece ser extremamente sugestivo. Com efeito, através desse posicionamento, fica sublinhado, sobretudo, o carácter dinâmico, global, do que ele designa de *espaços de fluxos*, característica principal dos processos de globalização, mas na sua estreita relação dialéctica com o nível local que o autor nomeia de *espaços de lugares* (M. Castells, 1996, 376-428). Uma tal interacção acaba por estruturar um esquema de dominação, realmente, mas um sistema em *rede*, através do qual se desenvolve, então, de modo não propriamente linear, aquele mesmo processo de globalização. Mas uma vez que, como sublinhámos, não estamos perante situações de mero determinismo, aquele *mapa* da globalização pressupõe, por isso, uma permanente articulação com os referidos “espaços de lugares”, através dos quais se projectam as características identitárias e se assumem as especificidades sociais e culturais dos diversos locais – e, portanto, também das cidades e dos territórios – numa dialéctica desigual, é certo, mas em confronto e em contraposição com aquela mesma dominação efectivamente globalizada.



Sem se posicionar, propriamente, na mesma postura analítica, o conceito de globalização, segundo A. Giddens, parece seguir, contudo, uma conclusão semelhante, na medida em que considera aquela globalização, realmente, “como a intensificação das relações sociais de escala mundial, relações que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância, e vice-versa”. Este *vice-versa* é, sem dúvida, fundamental, uma vez que aquele processo, sendo dialéctico, “as ocorrências locais podem ir numa direcção inversa das relações muito distanciadas que as moldaram”. Deste modo, “a *transformação local* faz parte da globalização, tanto como a extensão lateral de ligações sociais através do espaço e do tempo” (A. Giddens, 1996 [1990], 45).

Estamos, portanto, em pleno quadro dialéctico das relações global-local, isto é, perante “a insuperável dialéctica do local e do global”, no dizer de A. Lipietz (1993), com a ênfase agora acrescida que aquela transformação local e, portanto, também a mudança urbana e territorial, se inserem naquele mesmo processo de globalização. É pois num tal quadro da *globalização*, mas em confronto permanente com o que agora podemos designar de *localização*, que parece pertinente introduzir um eixo de interrogações que, em última análise, joga com questões de afirmação e de protagonismo urbano e territorial. Este mesmo eixo aponta para o debate mais amplo sobre o “chavão” da dita *competitividade*, neste caso das cidades e dos territórios, que interessa assinalar de modo fatalmente esquemático.

No caso das cidades, seria redutor, certamente, limitar a dita “competitividade urbana” à sua dimensão estritamente económica, muito embora se saiba que essa mesma dimensão constitui, de facto, uma componente central naquele processo de globalização. Por outro lado, este mesmo tipo de competitividade é ele próprio polémico, nomeadamente quando se critica “a ideia errada de serem as cidades e não as empresas a entrarem em processos de competição” (A. Amin e N. Thrift, 2000, 11). Mas para além da polémica (que transcende os objectivos desta comunicação) aqueles autores justificam aquele posicionamento ao afirmar que “a cidade desaparece como lugar de forte interdependência local, para renascer como *centro de redes* na nova e mais ampla geografia económica” (*idem*, 18, itál. VMF). Constatamos, assim, um entendimento da cidade como “centro de redes”, que é ainda um modo de falar da *cidade rede*.

Esta mesma conclusão vai no sentido de uma acentuação dos processos de *centralidade urbana*, nomeadamente na referenciação muito específica, decorrente do actual contexto de mundialização das economias e das sociedades, do que tem sido designado de “cidades globais”. Enquanto referências centrais do referido contexto de globalização, esta configuração acaba por polarizar, emblematicamente, as próprias funções mais globais e mais determinantes daqueles mesmos processos de mundialização. Destaque-se, contudo, que esta noção de *cidade global* “não é um lugar, mas um processo” (M. Castells, *op. cit.*, 386), aproximando-se, assim, muito mais do sentido weberiano de “tipo ideal” de cidade. Deste modo, em termos alegóricos e tendo presente o quadro mais amplo da dialéctica do global e do local, talvez possamos fazer corresponder àquela “cidade global” uma tipologia que, entre outras situações “ideais”, tenderia a privilegiar, então, a noção de *cidade local*.

Por outro lado, se a sempre invocada competitividade económica, inerente aos actuais processos de globalização e na prossecução dos respectivos objectivos, fica de algum modo condicionada a formas mais ou menos subtis (ainda que, por vezes, em termos um tanto “defensivos”) de cooperação económica –



como ficou bem destacado por um grupo de peritos de âmbito internacional (cf. Grupo de Lisboa, 1994) – assim, também, aquela suposta “competitividade urbana” não deixaria de apelar, se não mesmo de exigir, modos e instrumentos de cooperação urbana, que agora sabemos serem de cooperação “em rede” de cidades. Vemos, pois, como em face da dialéctica da *globalização e da localização*, poderemos por em confronto uma outra dialéctica, agora a da *competitividade e da cooperação*, neste caso, em relação às cidades e aos territórios.

3. Do Ambiente Urbano à Sustentabilidade Territorial

O debate actual sobre a dita “sociedade de risco” não deixa de ter as suas origens mais remotas na própria problemática ambiental. Os múltiplos temas associados a essa problemática (como sejam as alterações climáticas, as catástrofes de várias origens, a qualidade de inúmeros indicadores da vida individual e social, enfim um manifesto e progressivo desequilíbrio dos diversos ecossistemas) vieram colocar, desde há muito, a questão ambiental no centro das discussões sobre o nosso futuro. De uma forma sucinta, tentemos localizar dois dos momentos cruciais, correspondentes a duas conjunturas bem distintas, que marcaram técnica e politicamente aquela problemática ambiental (a partir deste ponto sigo de perto um texto publicado em 2002).

Antes de mais, não será controverso admitir que é, sobretudo, a partir dos anos '60 e '70 do século passado, em torno do que podemos considerar como o surgimento de uma “consciência ecológica” – lembremo-nos, entre outros exemplos, do célebre “Manifesto para a Sobrevivência” (*The Ecologist*, 1972), aliás na esteira da não menos famosa edição dos *Limites ao Crescimento* (Meadows *et al*, 1972) – que se inicia, então, uma progressiva assunção crítica, pública, em relação ao futuro do planeta e não só em termos estritamente ambientais. De resto, não foi certamente por acaso que se realizou, na mesma altura, a primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972.

De assinalar, desde já, que entre a ruptura introduzida por aquele posicionamento ecológico e a assunção plena de uma postura propriamente ambiental, situa-se um itinerário de abrangência disciplinar, de maturação social e de impacte político, de que resultaram, sem dúvida, novas formulações sobre “o nosso futuro em comum” (G. Brundtland *et al*, 1987), para citar uma obra emblemática desse novo posicionamento, nomeadamente em relação ao que passará a ser assumido (ainda que num quadro de acentuadas ambiguidades e contradições) como *desenvolvimento sustentável*.

Dois marcos fundamentais delimitam, assim, aquele itinerário, num arco temporal, e intencional, de vinte anos: a já mencionada Conferência Mundial do Meio Ambiente, Estocolmo, 1972 e a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (designada Eco 92), Rio de Janeiro, 1992. A balizar cada uma dessas conferências, pela importância que tiveram nos limites assinalados, é de recordar a realização do Ano Mundial de Protecção da Natureza, em 1970 e, por outro lado, a publicação, em 1987, do Relatório Brundtland, atrás referido.



Com efeito, contemporânea à realização da primeira conferência e, sem dúvida, a ela estreitamente ligada, está a publicitação de diversos documentos, já anteriormente referidos, em especial o relatório de uma equipa do M.I.T., chefiada por D. Meadows (1972) sobre “os limites ao crescimento” – estando em causa, então, o crescimento económico, mas também o aumento demográfico, a utilização exponencial dos recursos naturais e materiais, mas sobretudo a irracionalidade ecológica dessa mesma utilização – enfim, uma proposta baseada num diagnóstico multivariável (a partir de um modelo matemático, informatizado e extremamente complexo), cujo entendimento, a bem ou a mal, foi interpretado como defendendo o “crescimento zero”. Para além da controvérsia sobre o quadro analítico e metodológico seguido, um novo conceito irá orientar – mas vinte anos depois! – não tanto o diagnóstico, mas sobretudo as propostas fundamentais: esse conceito tem a ver com a *sustentabilidade*, à luz do qual deveriam ser rescritas as conclusões dos estudos anteriores.

Que se está perante uma nova conjuntura, agora claramente marcada pela *sustentabilidade* (ambiental, desde logo), não restarão muitas dúvidas. Tanto assim que os autores dos primitivos “limites ao crescimento”, terão incorporado, vinte anos depois, como dissemos, uma proposta teórica e empiricamente mais “sustentável”. O que significa que a partir da discussão sobre os “limites ambientais”, nos situamos hoje, plenamente, no debate sobre a sustentabilidade, que sendo ambiental na origem, rapidamente se generalizou para outros campos analíticos.

Mas ainda sobre aqueles limites, seria, certamente, um tanto demagógico, invocar o actual contexto de globalização do capitalismo – ao nível económico e tecnológico, sem dúvida, mas abrindo-se, progressivamente, para outros campos da actividade social e cultural, como vimos atrás – para debater a questão do ambiente. Com efeito, esta questão terá sido, talvez, a primeira a colocar-se numa tal escala global, quer ao nível da sua emergência, quer sobretudo nos seus efeitos e nas suas consequências, não só propriamente ambientais, mas também ao nível social e territorial. Já no que se refere à questão do *ambiente urbano*, ela não deixa de ser, de modo muito significativo, contemporânea da fase mais recente daquele processo de mundialização.

Realmente, o *ambiente urbano*, tal como hoje o identificamos, é uma problemática com uma formulação recente. Com efeito, será sobretudo no início dos anos 1990, com a publicação e posterior aprovação do “Livro Verde sobre o Ambiente Urbano”, que os problemas genericamente conotados com o ambiente (na) (da) cidade, passaram a ter uma formulação qualitativamente diferente, sobretudo do ponto de vista político e urbano. Que aquele “livro verde”, aprovado pelo Conselho de Ministros do Ambiente da União Europeia em 1991, não tenha visto, até agora, “luz branca” – isto é, não tenha sido transformado em “livro branco” do ambiente urbano, no que isso implicaria de vinculação directiva de um determinado enquadramento do ambiente da cidade para os países signatários – é algo sem dúvida politicamente significativo. Ou melhor, a ausência de uma vinculação política mais exigente, no quadro da União Europeia e, portanto, também em Portugal, sobre o referido ambiente urbano, acaba por traduzir, implicitamente, os limites políticos e, em última instância, civilizacionais, da problemática ambiental das cidades.

Ressalve-se, contudo, que a importância daquele documento comunitário não está, somente, no quadro problemático do ambiente urbano, mas nos próprios pressupostos que fundamentam aquela



problematização, apoiados num diagnóstico profundamente crítico, teórica e empiricamente fundamentado, sobre a condição urbana das nossas cidades. Assim, temas aparentemente tão diversos como “a mobilidade e os transportes”, a “concentração do emprego no centro das cidades e a expulsão dos residentes para as respectivas periferias”, “a degradação do edificado das cidades e as políticas de reabilitação urbana”, etc., constituem temas recorrentes daquele diagnóstico, que permitem entender, depois, uma formulação mais exigente, teoricamente formulada em torno das questões ambientais da cidade.

Percebe-se, assim, que o ambiente urbano se distinga, decisivamente, do *ambiente do urbano*. Não se trata de jogos de palavras, mas de distinções analíticas com formulações ambientais e urbanas muito diferenciadas, na medida em que o ambiente urbano procura ter uma visão *transversal e integrada* das respectivas cidades. Constatamos, portanto, uma mudança paradigmática na passagem da noção de ambiente da cidade para o conceito de ambiente urbano, mudança que é ainda a resultante da progressiva *insustentabilidade* ambiental, social e política das cidades. O que implica uma exigência analítica, no sentido de a confrontar, agora, no quadro de um desenvolvimento urbano sustentável.

Como parece evidente, a formulação que apresentámos permite-nos colocar a discussão em torno da *sustentabilidade territorial*, não só daqueles espaços urbanos, mas também dos territórios em geral. Sem dúvida que as cidades constituem entidades históricas e culturais muito específicas, mas a sua sustentabilidade, nas diversas valências que atrás referimos, insere-se, plenamente, na respectiva sustentabilidade territorial em valências semelhantes. Ou seja, é o próprio quadro do *desenvolvimento sustentável* que exige essa condição do território, seja ao nível do seu reordenamento – que agora sabemos que deverá concretizar-se em redes de aglomerados, de sinergias e de polarizações – seja ao nível das suas características fundamentais – que também sabemos agora que devem ser, basicamente, transversais e integradas naquelas valências do económico, do social, do cultural e do político.

Ao fim e ao cabo, no actual contexto das “sociedades de risco”, a sustentabilidade urbana e territorial, não sendo uma panaceia, constitui, contudo, uma condição necessária (ainda que não suficiente) para acautelar – poderíamos invocar, seguindo o léxico daquele contexto, para seguir o *princípio da precaução* – em relação a muitos dos riscos inerentes à própria condição das cidades e dos territórios.

3. Projecto de Cidade – a Cidade como Projecto

Mas o desafio aqui em causa, como vimos no início, era o de explorar as eventuais ligações entre risco e projecto. Para nos situarmos no mesmo contexto de referência das cidades e dos territórios, esse desafio leva-nos agora à discussão dessa noção de projecto, tendo em conta, como é evidente, as reflexões anteriores. Como dissemos atrás, essa noção de projecto, sendo independente dos contextos societais, assume, contudo, uma acuidade muito particular nas actuais “sociedades de risco”.

Para avançarmos, talvez seja possível partir de um determinado postulado, entendido não propriamente no seu sentido etimológico, mas como enquadramento e orientação da presente abordagem (como noutro momento assinalámos – cf. VMF, 2004). De resto, este mesmo posicionamento é, hoje, como veremos, relativamente consensual na formulação de instrumentos de intervenção territorial estratégica e na própria



avaliação prospectiva dos sinais de mudança urbana e territorial. Neste sentido, *a cidade como projecto* constitui uma formulação que postula a cidade como uma unidade histórica e cultural, mas uma unidade simultaneamente totalizada e diferenciada, internamente e face ao exterior. Numa tal formulação, a cidade “projecta-se”, realmente, não necessariamente num determinado sentido, mas em nome de um conjunto de valores e de referências, aberta ou implicitamente assumidos e contratualizados. Em tais condições, a cidade como projecto é um *contrato* socialmente consagrado e politicamente assumido.

Estamos, pois, perante uma noção de *projecto*, suficientemente sugestiva para incorporar uma “ideia” e para configurar um “desenho”, ideia e desenho que, embora em sentido alegórico, não deixam de animar as controvérsias e de suscitar as alternativas. Aquela noção recusa, assim, partir de um a priori, seja ele de vocação “iluminista” ou, simplesmente, de pendor tecnocrático, apelando, antes, à sua necessária *construção*, como projecto que é! Mas construção, ainda, no mesmo sentido em que o é a própria sociedade, ou seja, no sentido em que a sociedade se define e se “produz”, enquanto *corpus* socialmente construído (na formulação consagrada por A. Touraine, como sabemos).

Trata-se, pois, de um projecto *socialmente em construção*, o que significa que, em cada momento, ele é a resultante das conflitualidades e das consensualidades dos diversos grupos sociais e dos distintos actores sociais, eles próprios entendidos na sua mutabilidade económica e cultural, isto é, ao fim e ao cabo, de acordo com a respectiva dinâmica societal. Parece, assim, evidente a condição social e política daquele projecto, o que significa sublinhar a natureza social e política da “ideia” e do “desenho” que, em conjunto e em cada momento, esboçam e definem aquele mesmo projecto. Não parece preocupante que, afinal, este projecto se apresente, na sua fase inicial, como um “esboço”. Ao fim e ao cabo, está na sua própria natureza, tal como decorre, igualmente, da sua transitoriedade, do seu *dever*, de estar, precisamente, “em construção”!

Mas, por outro lado, aquele esboço materializa-se em cada momento, sendo que esta permanente interacção se limita a enfatizar a condição *processual* do próprio projecto de cidade. É, de resto, a este nível processual que faz sentido invocar o domínio do político e a prática da política. Percebe-se que assim seja, dada a natureza social daquele projecto e da correspondente recusa em o considerar como um suposto “instrumento” de mera utilização operativa. Ao fim e ao cabo, o que fica enfatizado é a própria condição da *praxis*, enquanto dialéctica entre o *quadro político* e o *exercício da política* em relação àquele mesmo projecto.

A partir deste entendimento da cidade como projecto, parece possível postular um projecto para a cidade, no sentido em que, salvaguardadas as condições e os pressupostos anteriormente referidos, a Cidade pode (e deve?) estabelecer e assumir um determinado projecto – um *projecto de cidade*, precisamente, não se tratando, como dissemos, de um mero jogo de palavras. Um projecto de cidade entendido, portanto, como um conjunto de princípios normativos e de orientações estratégicas, estabelecidos na base de uma contratualização socialmente garantida e politicamente assumida. A partir deste enunciado, uma nova problemática se abria – precisamente a que faria accionar os respectivos *processos de avaliação*, nas suas diversas dimensões analíticas. E nessa avaliação, seria a actual “sociedade de risco” a determinar os limites do referido projecto de cidade ...



Referências Bibliográficas

Amin, Ash e Thrift, Nigel (2000), "Riflessioni sulla competitività della città", *Foedus*, Veneza, 1, pp. 5-25.

Brundtland, G.H. *et al* (1987), *Our Common Future*, World Commission on Environment and Development, Oxford, Oxford University Press. (trad. port. *O Nosso Futuro Comum*, Lisboa, Meribérica-Liber, 1991).

Castells, Manuel (1996), *The Rise of the Network Society*, vol. I de *The Information Age: Economy, Society and Culture*, Malden/Oxford, Blackwell Publishers (Trad. Port., F. Gulbenkian)

Ferreira, V. Matias (2002), "Ambiente, Città e Sviluppo. Un Ambiente Urbano Sostenibile?" in Fregolent, Laura e Indovina, Francesco (eds.), *Un Futuro Amico. Sostenibilità ed Equità*, Milão, F. Angeli. Posteriormente publicado (em português), "Globalização do Ambiente e Localização do Ambiente Urbano. Um Ambiente Urbano Sustentável?", *Cidades. Comunidades e Territórios*, 4, 2002, pp. 45-60.

Ferreira, V. Matias (2004), *Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade*, Lisboa, Ler Devagar.

Giddens, Anthony [1996 (1990)], *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora (3ª edição).

Goldsmith, Edward *et al* (1972), "A Blueprint for Survival", *The Ecologist* (trad. cast. *Manifiesto para la Supervivencia*, Madrid, Alianza Editorial, 1972)

Grupo de Lisboa (1994), *Limites à Competição*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Lipietz, Alain (1993), "Il Locale e il Globale: Personalità Regionale o Interregionalità?" in Perulli, Paolo (ed.), *Globale/Locale. Il Contributo delle Scienze Sociali*, Milão, Franco Angeli, pp. 41-60.

Meadows, Dennis *et al* (1972), *Limits to Growth*, New York, Universe Books (trad. port. *Os Limites do Crescimento*, Lisboa, Publicações Dom Quixote).